APROVADO
SALA DE SESSÕES 03/12/25
PRESIDENTE
SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 071 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

PROTOCOLO
DATA 01/12/25
Secretário - Diretor
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA – PMPI NO MUNICÍPIO DE GRAMADO DOS LOUREIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI, na forma do Anexo I - Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI no Município de Gramado dos Loureiros/RS, o qual é parte integrante da presente lei.

Parágrafo único. O Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI referido no *caput* deste artigo terá vigência pelo período de 2026 a 2036, sendo ser revisto anualmente ou em caráter extraordinário, sempre que forem identificadas necessidades emergentes a partir do processo de monitoramento.

Art. 2º O Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI) prevê o planejamento de Políticas Públicas voltadas para a primeira infância, entendida entre 0 e 6 anos de idade.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PMPI e estão em conformidade com a Lei Federal n° 13.257, de 08 de março de 2016.

Art. 4º O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as metas e estratégias deste PMPI, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 5º Os poderes constituídos do Município empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e na progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GRAMADO DOS LOUREIROS, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 01 DE DEZEMBRO DE 2025

ARTUR CERESA
Prefeito Municipal

Artur Cereza
Prefeito Municipal
Adm. 2025/2028

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Vereador Presidente,
Senhores Vereadores (as):

CONSIDERANDO a importância de um Plano Municipal da Primeira Infância, como instrumento de gestão e de desenvolvimento das políticas públicas, um balizador que deve subsidiar e direcionar todas as políticas públicas, programas e ações no âmbito local e das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal e demais órgãos governamentais e instituições envolvidos;

CONSIDERANDO a criação da Lei Federal nº 13.257/2016, denominada, Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal da Primeira Infância é um instrumento norteador para a atuação do poder público, da sociedade civil e da família, garantindo assim, um pleno desenvolvimento das crianças. Cuidar da Primeira Infância é uma forma de garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania;

CONSIDERANDO esses princípios, o ECA tenta garantir aos menores os direitos fundamentais que todo sujeito possui: vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e proteção ao trabalho;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 4º implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a Primeira Infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de autorização legislativa, submetemos o presente **Projeto de Lei nº 071/2025** à apreciação dessa Casa Legislativa, solicitando seja o mesmo analisado, votado e aprovado em regime de URGÊNCIA.

GRAMADO DOS LOUREIROS, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 01 DE DEZEMBRO DE 2025

ARTUR CERESA
Prefeito Municipal

Artur Cereza
Prefeito Municipal
Adm. 2025/2028

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO DOS LOUREIROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
E-mail: smeclourei ros@gmail.com
educacao@gramadodosloureiros.rs.gov.br

OF. Nº 209/2025 Gramado dos Loureiros, 11 de novembro de 2025.

ASSUNTO: Encaminhamento do *Plano Municipal pela Primeira Infância* para apreciação e envio ao Poder Legislativo Municipal.

SENHOR PREFEITO!

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos através deste, encaminhar para apreciação de Vossa Excelência, o Plano Municipal pela Primeira Infância de Gramado dos Loureiros/RS, decênio 2026-2036, elaborado de forma participativa pela Comissão nomeada pela Portaria Municipal nº 121/2025, de 10 de abril de 2025, com ampla colaboração de diversos setores da administração pública, da sociedade civil e de representantes da comunidade, que se reuniram para elaborar o Plano conforme realidade do município. Ressaltamos que o referido Plano foi apresentado e debatido com a comunidade durante a Conferência Municipal pela Primeira Infância, realizada no dia 06 de novembro de 2025, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores deste Município, momento em que foram consolidadas as contribuições e validações coletivas do documento. Em anexo documentos comprobatórios.

O referido Plano constitui um instrumento fundamental de planejamento e gestão de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das crianças de zero a seis anos de idade, em consonância com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016) e demais normativas pertinentes.

Dessa forma, considerando a importância de institucionalizar o Plano Municipal pela Primeira Infância como política de Estado, solicitamos a Vossa Excelência que o encaminhe ao Poder Legislativo Municipal, com a devida proposição de Projeto de Lei, visando à sua apreciação e aprovação.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO DOS LOUREIROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
E-mail: smeclourei ros@gmail.com
educacao@gramadodosloureiros.rs.gov.br

Certos da atenção e sensibilidade de Vossa Excelência à causa da Primeira Infância, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ALCINDO SANTIN

Secretário de Educação

Alcindo Santin
Secr. Mun. de Educação
Portaria 05/2025

Ilmo. Sr.

ARTUR CEREZA

M.D. Prefeito Municipal

GRAMADO DOS LOUREIROS-RS

ORIENTAÇÃO TÉCNICA JURÍDICA
PROJETO DE LEI N° 071/2025.
PROPONENTE: EXECUTIVO MUNICIPAL

"INSTITUI O PLANO MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA – PMPI NO MUNICÍPIO DE GRAMADO DOS LOUREIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

1. RELATÓRIO:

O Executivo Municipal apresentou o Projeto de Lei Municipal à Câmara Municipal, o qual "***Institui o Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI no Município de Gramado dos Loureiros e dá outras providências.***"

A proposta foi encaminhada à Assessoria Jurídica para análise.

2. PARECER:

2.1. Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

2.2. Do conteúdo do projeto de lei

A propositura legislativa tem por objeto a criação do Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI, na forma do Anexo I - Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI no Município de Gramado dos Loureiros/RS, com duração de 10 (dez) anos.

Na exposição de motivos, visa atender ditames legais e possibilitar que o Plano Municipal da Primeira Infância seja um instrumento norteador para a atuação do poder público, da sociedade civil e da família, garantindo assim, um pleno desenvolvimento das crianças.

No que tange ao conteúdo do projeto, entendemos que o projeto de lei atende ao regime jurídico de Direito Público, isso porque segundo a exposição de motivos as contratações a que se referem, se faz necessária para dar continuidade aos serviços públicos.

Entretanto, incumbe à Câmara Municipal, no elenco de suas atribuições dispor sobre tal matéria, como assinala o artigo 40, inciso I da Lei Orgânica Municipal que assim dispõe:

Art. 40 – Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

...

IX – normatização da cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

Diante disso não há qualquer óbice na legislação, pois, mediante as justificativas constantes da Exposição de Motivos, o Projeto de Lei apresenta todas as condições para ser submetido a discussão e votação pelos Nobres Vereadores, que detêm a legitimidade para sua aprovação ou pela sua rejeição.

É legítima a iniciativa desta proposição de lei, tendo em vista tratar-se de matéria de o interesse local e ser de competência privativa, não havendo vícios, portanto, neste particular.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, respeitada a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação da comissão permanente e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, reiterando a fundamentação quanto à competência e iniciativa deste Parecer.

Assim, nosso parecer é favorável à submissão do presente Projeto de Lei à análise, discussão e votação pelo plenário, cabendo ressaltar que a emissão deste parecer, se trata de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo, não vinculando os vereadores à sua motivação ou conclusões.

Portanto, opina pela legalidade e pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 071/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gramado dos Loureiros/RS, 02 de dezembro de 2025.

ODAIR ANTONIO PEREIRA
OAB/RS 96.829

PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PARECERES

Parecer ao Projeto de Lei do Executivo de nº 071/2025, com a seguinte **Ementa:** ***"Institui o Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI no Município de Gramado dos Loureiros e dá outras providências".***

1. Relatório

O Poder Executivo, via de seu representante legal, o Sr. Prefeito Municipal, através do presente Projeto de Lei do Executivo de nº 071/2025, com a seguinte **Ementa:** ***"Institui o Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI no Município de Gramado dos Loureiros e dá outras providências".***

2. Voto

A matéria é de competência do município.

O Projeto não fere a competência de legislar nem da União, nem do Estado.

A boa técnica legislativa foi observada, assim como os preceitos de redação.

As normas que se pretendem implantar, com a aprovação do Projeto de Lei, são, segundo a Exposição de Motivos, necessárias para que seja instituído o referi plano, nos termos do Projeto de Lei.

Assim, considerando o parecer da Assessoria Jurídica, concluo que o projeto atende os ditames constitucionais, legais e jurídicos, é tecnicamente correto, motivo pelo qual o acolho e voto para que seja encaminhado ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2025.

Relator: Vereador Ana Paula Canton

DE ACORDO:

Presidente: Vereadora Tatiana Galli Loureiro de Melo

Revisor: Vereador Adir Paulo Loureiro de Melo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO DOS LOUREIROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - PMPI

2026 – 2036



GRAMADO DOS LOUREIROS/RS



ARTUR CEREZA
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA BARCELO PINHEIRO
Vice-Prefeito

ALCINDO SANTIN
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto



COMISSÃO MUNICIPAL ELABORAÇÃO DO PLANO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI)

- **01(um) Representante da Secretaria Municipal de Educação.**
  TITULAR: Adriana Hochmann
  SUPLENTE: Alcindo Santin

- **01(um) Representante do Conselho Tutelar.**
  TITULAR: Sergio Tozi
  SUPLENTE: Zito Farezin

- **01(um) Representante da Sociedade Civil**
  TITULAR: Carmem Roncaglio Zanella
  SUPLENTE: Carla Giacobo

- **01(um) Representante da Secretaria de Saúde**
  TITULAR: Suzane Frandoloso Zuge
  SUPLENTE: Cássio Bernardo

- **01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social**
  TITULAR: Luciana Alves
  SUPLENTE: Arceli Antônia Martins

- **01 (um) Representante do Poder Executivo**
  TITULAR: Carlos da Silva
  SUPLENTE: Mariele Sara da Silva

- **01 (um) Representante do Poder Legislativo**
  TITULAR: Neusa de Fátima Tremea
  SUPLENTE: Eneri Antonio Martins Alves

- **01 (um) representante do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente**
  TITULAR: Jaisa Batista
  SUPLENTE: Sergio Emerson Batista

- **01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME)**
  TITULAR: Junara Veloso de Linhares
  SUPLENTE: Vanderleia Aparecida Fortes



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ---------- **01**
INTRODUÇÃO ---------- **02**
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES ---------- **03**
A CRIANÇA É SUJEITO, INDIVÍDUO, ÚNICO, COM VALOR EM SI MESMA ---------- 04
DIVERSIDADE ÉTNICA, CULTURAL, DE GÊNERO E GEOGRÁFICA COMO - TRAÇO CONSTITUTIVO DA SOCIEDADE E, POR INCLUSÃO, DA INFÂNCIA NO BRASIL ---------- 04
A INTEGRALIDADE DA CRIANÇA ---------- 05
INCLUSÃO DE TODA CRIANÇA EM TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS ---------- 05
INTEGRAÇÃO DAS VISÕES CIENTÍFICA, ÉTICA, POLÍTICA, ESTÉTICA E HUMANISTA DA CRIANÇA ---------- 05
ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES ---------- 05
PRIORIDADE ABSOLUTA DOS DIREITOS DA CRIANÇA ---------- 06
PRIORIDADE COM DESTINAÇÃO PRIVILEGIADA DE RECURSOS, AOS PROGRAMAS E AS AÇÕES PARA AS CRIANÇAS SOCIALMENTE MAIS VULNERÁVEIS ---------- 06
DEVERES DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO ---------- 06
DIRETRIZES POLÍTICAS ---------- **07**
DIRETRIZES TÉCNICAS ---------- **07**
OBJETIVOS DO DESENVIOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS ---------- **08**
1. ERRADICAÇÃO DA POBREZA ---------- 08
2. FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL ---------- 09
3. SAÚDE E BEM-ESTAR ---------- 09
4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ---------- 09
5. IGUALDADE DE GÊNERO ---------- 09
6. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO ---------- 09
7. ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL ---------- 09
8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO ---------- 09
9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA ---------- 09
10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES ---------- 09
11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS ---------- 09
12. CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS ---------- 09
13. AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA ---------- 09
14. VIDA NA ÁGUA ---------- 09
15. VIDA TERRESTRE ---------- 09
16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES ---------- 10
17. PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO ---------- 10
JUSTIFICATIVA SOBRE OS ODS NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE GRAMADO DOS LOUREIROS (RS) ---------- 10
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO ---------- **11**
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL ---------- **13**
COMPOSIÇÃO POPULACIONAL ---------- 13
NÚMERO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ---------- 13
REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO ---------- 14



PROTEÇÃO SOCIAL ---------- **14**
ASSISTÊNCIA SOCIAL ---------- **15**
RELATÓRIOS DE PROGRAMAS E AÇÕES DO MDS---------- **15**
SAÚDE ---------- **24**
DIAGNÓSTICO DA SAÚDE ---------- 24
INDICADORES DA SAÚDE ---------- 24
EDUCAÇÃO ---------- **25**
DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ---------- 25
INDICADORES DA EDUCAÇÃO ---------- 28
ESPORTE E LAZER ---------- **28**
QUADRAS POLIESPORTIVAS ---------- 29
CAMPOS DE FUTEBOL ---------- 29
METAS E ESTRATÉGIAS ---------- **29**
EIXOS EXTRATÉGICOS ---------- **30**
EIXO 1 - CRIANÇA COM SAÚDE ---------- 30
EIXO 2 - EDUCAÇÃO INFANTIL ---------- 32
EIXO 3 - ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA, COMUNIDADE E CRIANÇAS ---------- 33
EIXO 4 - ATENÇÃO A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ---------- 35
EIXO 5 - DIREITO DE BRINCAR ---------- 37
EIXO 6 - A CRIANÇA E O ESPAÇO - A CIDADE E O MEIO AMBIENTE ---------- 38
EIXO 7 - ATENDENDO A DIVERSIDADE ---------- 39
EIXO 8 - ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS ---------- 40
EIXO 9 - ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS ------ 41
EIXO 10 - PROTEGENDO AS CRIANÇAS CONTRA A PRESSÃO CONSUMISTA ---------- 41
EIXO 11 - CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ---- 42
EIXO 12 - EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA ---------- 43
EIXO 13 - CRIANÇAS INDÍGENAS – DIREITO À CULTURA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL 44
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO ---------- **47**
REFERÊNCIAS ---------- **49**



APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI reflete o compromisso do município de Gramado dos Loureiros/RS com suas crianças, reconhecendo que é interesse do poder público municipal a definição de ações que garantam direitos fundamentais ao desenvolvimento integral das crianças nesse estágio inicial de suas vidas.

O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), criado em 2010, considera esse período, que abrange desde a gestação até os primeiros 6 anos de vida, como uma fase extremamente significativa para o desenvolvimento do indivíduo, quando as experiências são relevantes e determinantes para toda a trajetória da vida.

As vivências durante a primeira infância impactam a criança e suas interações com outros indivíduos nas fases subsequentes, o que justifica os investimentos nos mais variados aspectos de sua formação física, mental e emocional, tornando essencial um conjunto de ações que, de maneira articulada, promova o desenvolvimento integral das crianças.

Assim, a mobilização pela primeira infância deve ser coletiva, envolvendo todas as esferas de governo e todos os setores e segmentos da sociedade civil, com o objetivo de reafirmar o compromisso de todos com a defesa e a garantia dos direitos das crianças, para projetar um futuro promissor para as novas gerações.

A elaboração deste Plano contou com a participação de representantes da sociedade civil, de órgãos governamentais, conselhos da área dos direitos da criança, profissionais de diferentes secretarias e comunidades locais.

A metodologia principal foi pautar as ações pela orientação em rede; neste caso, a rede considerada é o próprio Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, fundamental para a articulação política, fortalecimento das organizações comunitárias e eficácia das políticas públicas.



INTRODUÇÃO

Com o objetivo de estabelecer vínculos intersetoriais específicos e assegurar os direitos fundamentais das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, o município de Gramado dos Loureiros, por meio do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), pretende definir metas e estratégias que se convertam em ações efetivas, garantindo a promoção de uma infância completa, promissora e saudável para todas as crianças do município.

Este relevante documento tem como objetivo ser o guia para a atuação do poder público, da sociedade civil e das famílias, todos responsáveis pela garantia das condições necessárias para o pleno desenvolvimento das crianças. Trata-se de uma ferramenta de monitoramento e supervisão que define as metas e estratégias essenciais para o desenvolvimento integral dos pequenos.

No Brasil, a prioridade da criança é garantida pela Constituição Federal de 1988. O artigo 227 assegura um tratamento diferenciado para a faixa etária de 0 a 18 anos (excepcionalmente, até 21 anos). O Marco Legal da Primeira Infância, aprovado pela Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, avançou ao estabelecer princípios e diretrizes para a criação e implementação de políticas públicas voltadas para as crianças de 0 a 6 anos. Em seu artigo 4º e seus incisos, a lei estabelece que essas políticas devem ser voltadas ao atendimento da criança de forma a:

> I - atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;
>
> II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;
>
> III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;
>
> IV - reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;
>
> V - articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;



VI - adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;

VII - articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado;

VIII - descentralizar as ações entre os entes da Federação;

IX - promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, com apoio dos meios de comunicação social.

O Plano Nacional pela Primeira Infância - PNPI considera que ao investir na criança devemos observar o valor de sua vida presente, enfatizando suas relações, suas descobertas e suas realizações, ao tempo em que, é indispensável atender à perspectiva do seu desenvolvimento com foco no seu futuro.

As propostas apresentadas neste Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI estão alicerçadas na concepção da criança sujeito de direitos, antes mesmo do seu nascimento, e são resultado coletivo da representatividade de vários segmentos que contribuíram para a sua elaboração.

A fim de garantir legitimidade e efetividade, assim como promover a sua continuidade ao longo dos anos, o PMPI de Gramado dos Loureiros, foi elaborado com a participação de diferentes setores do poder público e da sociedade, sendo que as metas e estratégias aqui traçadas foram construídas por meio de um processo participativo, envolvendo reuniões de planejamento de todos os envolvidos.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

O PMPI de Gramado dos Loureiros é orientado por princípios essenciais para o atendimento à Primeira Infância, priorizando a criança até seis anos de idade e destacando a corresponsabilidade entre o Estado, a Sociedade e as Famílias na promoção e proteção das crianças, conforme previsto no artigo 227 da Constituição Federal.

Os eixos estratégicos deste Plano só serão atingidos por meio de um esforço conjunto, em que as metas e estratégias aqui estabelecidas não se destinam exclusivamente ao poder



público, mas também aos outros responsáveis pela promoção e proteção dos direitos da criança. Para isso, o PMPI inclui estratégias específicas que visam ampliar e fortalecer o engajamento desses diferentes envolvidos, garantindo as condições necessárias para o desenvolvimento pleno na primeira infância. A integração das ações de cada um desses responsáveis será fundamental para impactar positivamente a vida das crianças.

Nosso objetivo é realizar um levantamento resumido da legislação que abrange a infância em cada tema discutido, promover uma análise sobre a realidade a partir de dados das políticas públicas e da visão dos agentes sociais e, por fim, propor ações e atividades que possam ajudar a fortalecer os direitos das crianças, garantindo condições para um desenvolvimento saudável, seguro, sustentável e, acima de tudo, feliz.

A Rede Nacional Primeira Infância estabelece princípios e diretrizes políticas e técnicas que fundamentaram e guiaram a elaboração do Plano Nacional pela Primeira Infância, e que, consequentemente, serão também aplicadas neste plano. Esses princípios e diretrizes, definidos a partir das discussões e escolhas dos envolvidos na criação do plano nacional, são frutos de uma longa trajetória de conhecimento e prática no trabalho com crianças e adolescentes. A seguir, apresentamos um resumo desses princípios e diretrizes, conforme descrito na publicação "Plano Nacional pela Primeira Infância".

A CRIANÇA É SUJEITO, INDIVÍDUO, ÚNICO, COM VALOR EM SI MESMA

Compreender a verdadeira essência do ser humano que se forma desde sua gênese e se realiza ao longo da vida, a partir da infância.

DIVERSIDADE ÉTNICA, CULTURAL, DE GÊNERO E GEOGRÁFICA COMO TRAÇO CONSTITUTIVO DA SOCIEDADE E, POR INCLUSÃO, DA INFÂNCIA NO BRASIL

Esse princípio amplia a visão sobre a infância. Garante o respeito à criança em sua identidade individual e coletiva, bem como em sua conexão com o grupo ao qual pertence. As políticas devem ser sensíveis às diversas maneiras de ser criança, reconhecendo e respeitando as diferentes realidades e contextos que elas experimentam.



A INTEGRALIDADE DA CRIANÇA

É fundamental superar a visão fragmentada da criança. Uma perspectiva holística e integrada, que, se não for imediatamente do "todo", ao menos seja gradualmente mais ampla, ajudará a identificar as interconexões ou intersecções que foram artificialmente separadas como áreas específicas de atuação profissional.

INCLUSÃO DE TODA CRIANÇA EM TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS

Uma sociedade inclusiva acolhe todos os indivíduos em suas expressões únicas, reconhecendo que cada pessoa é distinta dos outros. Ela envolve todos os grupos étnico-raciais, sociais e culturais e se compromete com a igualdade fundamental e a equidade social. Para que a sociedade brasileira seja verdadeiramente inclusiva, é essencial que todas as crianças participem dela desde o início da vida, sendo reconhecidas como sujeitos plenos de direitos.

INTEGRAÇÃO DAS VISÕES CIENTÍFICA, ÉTICA, POLÍTICA, ESTÉTICA E HUMANISTA DA CRIANÇA

Os parâmetros das ciências e a visão humanista devem articular-se nas ações dirigidas à criança. Assim, pediatria, neurociências, pedagogia, psicologia, psicanálise, antropologia, ciência jurídico e outros campos científicos, de um lado, e, de outro, valores, princípios éticos e estéticos, políticos e econômicos, o projeto de vida de cada ser humano. A contribuição das ciências é imprescindível e inestimável, mas sempre com o calor do humanismo, ou seja, o olhar humanista com o aporte das ciências.

ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES

A coordenação deve acontecer em três níveis: nas ações dos entes federativos (União, Estado e Município), nos diferentes setores da administração pública (educação, saúde, assistência, cultura, justiça, etc.) e na interação entre o governo e a sociedade. Esse princípio traz três benefícios principais: elimina a duplicidade de ações, otimiza o uso dos recursos públicos, evitando desperdícios, e melhora a eficiência e a efetividade dos esforços governamentais para assegurar os direitos das crianças.

Ações articuladas se complementam e, assim, alcançam maior eficiência e eficácia se realizadas no mesmo espaço e tempo, de forma integrada. Ganha-se tempo, gasta-se menos e se alcançam resultados mais consistentes. Não se trata de transformar a creche num centro de saúde ou de atribuir a um ambulatório hospitalar as funções de um estabelecimento de educação infantil,



mas de encontrar as complementaridades de serviços e as possibilidades de expansão das ações em cada um dos lugares em que as crianças são atendidas.

PRIORIDADE ABSOLUTA DOS DIREITOS DA CRIANÇA

O princípio estampado no Art. 227 da Constituição Federal, regulamentado pelo Art. 4º do ECA, e pelo Marco Legal da Primeira Infância, no art. 3º da Lei nº 13.257, de 2016, tem que ser posto em prática e levado à suas últimas consequências. As ações e os recursos financeiros, nos três níveis da administração pública, devem ser decididos segundo a primazia absoluta dos direitos da criança e do adolescente.

PRIORIDADE COM DESTINAÇÃO PRIVILEGIADA DE RECURSOS, AOS PROGRAMAS E AS AÇÕES PARA AS CRIANÇAS SOCIALMENTE MAIS VULNERÁVEIS

Os direitos estabelecidos na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, na Constituição Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente são garantidos a todas as crianças. No entanto, situações de fragilidade individual e social, maiores carências financeiras de famílias, municípios, estados ou regiões, exigem políticas de proteção especializada e demandam uma ação mais célere do Estado. Têm prioridade aqueles que, sem essa intervenção pública, estariam ou estão privados de direitos fundamentais. Essa é uma condição para que a igualdade, enquanto princípio universal, se transforme em igualdade real.

DEVERES DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO

A família é a principal instituição responsável pelo cuidado e pela educação na primeira infância. A sociedade, por meio de suas organizações sociais, culturais, religiosas e comunitárias, tem a oportunidade de promover e participar de iniciativas e ações que busquem ampliar a conscientização social sobre a importância da primeira infância. Ao Estado, cabe, inicialmente, desenvolver e planejar políticas econômicas e sociais que garantam às famílias as condições necessárias para exercerem suas funções de cuidado e educação dos filhos. Além disso, o Estado deve criar e manter políticas públicas, programas e ações voltadas às crianças como um grupo etário específico, com o objetivo de assegurar seus direitos fundamentais.



DIRETRIZES POLÍTICAS

Atenção à prioridade absoluta na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no Plano Plurianual - PPA e no Orçamento para que assegurem os meios financeiros para que essa prioridade seja efetivada na prática;

Articulação e complementação dos Planos Nacional, Estadual e Municipal pela primeira infância, cada um adequando a sua realidade tendo o Nacional com referência de tal maneira que todos estejam articulados e se complementem;

Manutenção de uma perspectiva de longo prazo. É preciso persistir por vários anos nos objetivos e nas metas para garantir condições dignas de vida e promotoras do desenvolvimento pleno a todas as crianças brasileiras;

Elaboração dos planos em conjunto entre governo e sociedade, gerando corresponsabilidade do Estado, da sociedade e das famílias;

Atribuição de prioridade para regiões, áreas geográficas ou localidades com maior necessidade;

Participação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os órgãos que compõem esse sistema vêm exercendo um papel relevante e imprescindível na defesa e na garantia dos direitos de cada criança e da infância como faixa etária específica.

DIRETRIZES TÉCNICAS

Integralidade do Plano, abrangendo todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional;

Multissetorialidade das ações, com o cuidado para que, na base de sua aplicação, junto às crianças, sejam realizadas de forma integrada;

Valorização dos processos que geram atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança;



Valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com as crianças ou cuja atividade tem alguma relação com a qualidade de vida das crianças de até seis anos;

Reconhecimento de que a forma como se olha, escuta e atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela;

Escuta qualificada da criança como sujeito capaz e participante, acolhimento de suas mensagens e resposta a ela sobre a sua participação;

Foco nos resultados. São necessárias insistência e persistência para se alcançarem os objetivos e as metas do PNPI;

Transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e na avaliação do PNPI.

O Plano Municipal Pela Primeira Infância – PMPI de Gramado dos Loureiros/RS, em suas metas e estratégias, está ajustado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), fixados em acordo internacional promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2015, do qual Brasil é assinante. Os ODS visam a sustentabilidade global (Agenda 2030), com o objetivo de elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. O município de Gramado dos Loureiros em seu PMPI incluiu, sempre que possível e considerando a nossa realidade local, as referências presentes no conjunto dos 17 ODS, priorizando os objetivos que possuem conexão mais direta com a primeira infância dentre os elencados a seguir:

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS



1. Erradicação da pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.



2. Fome zero e agricultura sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

3. Saúde e bem-estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

4. Educação de qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

5. Igualdade de gênero: Alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

6. Água potável e saneamento: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

7. Energia limpa e acessível: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

8. Trabalho decente e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

9. Indústria, inovação e infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

10. Redução das desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

11. Cidades e comunidades sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12. Consumo e produção responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

13. Ação contra a mudança global do clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

14. Vida na água: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15. Vida terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.



16. Paz, justiça e instituições eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

JUSTIFICATIVA SOBRE OS ODS NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE GRAMADO DOS LOUREIROS (RS)

O município de Gramado dos Loureiros, reconhece a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 como diretrizes fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e ambientalmente equilibrada. No entanto, devido às suas especificidades territoriais, demográficas, econômicas e estruturais, algumas metas dos ODS enfrentam limitações para serem plenamente atendidas no curto e médio prazo, afetando o cumprimento integral das mesmas. Apesar dessas limitações, Gramado dos Loureiros tem se empenhado na promoção de ações sustentáveis compatíveis com sua realidade local.

Assim, a adesão do município à Agenda 2030 se dá de forma progressiva, adaptada às suas capacidades e prioridades locais, mantendo o foco no desenvolvimento humano, na valorização do meio rural e na busca por parcerias que viabilizem a superação dos desafios enfrentados.

ODS 7 – Energia Limpa e Acessível

O município ainda depende majoritariamente da rede elétrica tradicional, com pouca inserção de fontes renováveis alternativas, como solar ou biomassa. A adoção de tecnologias de energia limpa esbarra em custos elevados, falta de incentivos locais e limitações técnicas na rede de distribuição rural, dificultando o acesso universal, confiável e moderno à energia sustentável.

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

A economia local é fortemente baseada na agricultura familiar e pecuária de pequena escala, com baixa diversificação de setores econômicos. As oportunidades de trabalho formal e qualificado são limitadas, o que leva parte da população, especialmente os jovens, a buscar emprego em centros urbanos maiores. A informalidade e a sazonalidade ainda são desafios presentes.

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura



Gramado dos Loureiros enfrenta dificuldades para desenvolver uma base industrial ou tecnológica significativa. A ausência de parques industriais, centros de inovação ou incentivos à pesquisa aplicada torna difícil atender plenamente esse ODS. A infraestrutura de transporte e conectividade digital, embora funcional, ainda necessita de melhorias para suportar avanços na industrialização sustentável.

ODS 14 – Vida na Água

Embora Gramado dos Loureiros seja um município do interior, sem saída direta para o mar ou grandes corpos hídricos costeiros, ele está inserido em uma bacia hidrográfica interligada ao oceano Atlântico. Os cursos d'água locais, como o Rio do Mel, deságuam no Rio Uruguai, que por sua vez desemboca no mar. Dessa forma, as ações ambientais realizadas no município especialmente aquelas voltadas à proteção de nascentes, controle de processos erosivos e gestão de resíduos contribuem indiretamente para a conservação dos oceanos, conforme previsto no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14).

A atuação local se dá principalmente por meio da preservação dos recursos hídricos interiores, manutenção da vegetação ciliar, e prevenção da poluição difusa, colaborando para a manutenção da qualidade da água em toda a bacia hidrográfica e, consequentemente, nos ecossistemas marinhos.

ODS 15 – Vida Terrestre

Gramado dos Loureiros é um município com forte ligação com o meio rural, não enfrentando problemas relacionados à desertificação, porém constantemente há incentivo às práticas agrícolas sustentáveis, por meio de orientação técnica aos agricultores, promovendo o reflorestamento de áreas degradadas, proteger nascentes e fortalecer a fiscalização ambiental.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Gramado dos Loureiros, segundo o saudoso "mestre" João Batista Neto, era um local onde havia uma grande mata desabitada, que por volta de 1872, foi destruída por um forte furacão, que arrasou a região. Ficando no meio da mata uma grande clareira. Com o passar dos dias, culminou uma longa estiagem que secou a parte da mata atingida pelo furacão, algum tempo depois, alguém resolveu atear fogo na mata devastada. Com isso, o povo que morava mais próximo começou a plantar toda a queimada, onde Donário Maciel, que era sogro de João Batista



Neto, plantou grande parte da queimada.

Posterior à colheita, começou a vir para o local muita criação do campo e formou-se então ali um grande gra mado, vindo muita gente do campo plantar no lugar. José Pedro Loureiro de Mello, Cirino Veloso de Linha res,Inocêncio Serpa e outros, eram integrantes da Expedição Bandeirante e ex-expedicionário da Guerra do Para guai. Extintas as expedições, deslocaram-se de São Paulo com suas famílias vindo residir em Gramado dos Lourei ros por volta de 1880, onde mais tarde requereram uma área de 200 alqueires, ou meio légua de sesmaria em nome de José Pedro Loureiro de Mello, concedido o título de posse definitiva da mesma pelo então interventor, o governador do Rio Grande do Sul à época, Borges de Medeiros.

José Pedro Loureiro de Mello constituiu uma família de 17 filhos, que povoaram e ocuparam toda a área reque rida. Tendo em vista o pioneirismo desta família se justifica o nome deste município: Gramado dos Loureiros. As famílias dedicaram-se a pecuária e a agricultura de subsistência cultivando: feijão, mandioca e o milho do qual ex traiam a farinha de biju.

Havia naquela época um bom relacionamento com os índios vizinhos, que forneciam as mudas de mandioca para iniciar essa cultura. A Área Indígena de Nonoai foi demarcada na década de 1910 a 1920. Habitavam nela 20 famílias de colonos brancos. O governo estadual demarcou a área e doou aos brancos 20 colônias com 25 hectares de terras para cada família afim de separar o branco do índio.

Na década de 1970 houve a grande invasão de colonos brancos nas terras indígenas, gerando um bom desenvolvimento para a região. Gramado dos Loureiros foi um dos mais beneficiados, pela proximidade, pois nesta área residiam 1.200 famílias de colonos brancos, produzindo grande quantidade de cereais, suínos e bovinos. No final da década de 1970, houve a expulsão dos colonos pelos os índios. Muitas famílias abandonaram as terras e as benfeitorias, com isso a região regrediu e diminuiu o número de habitantes. Os colonos expulsos das terras indígenas foram pelo governo federal, levados para o estado do Mato Grosso e assentados no município de Chapada dos Guimarães e Terra Nova. Uma parcela destes colonos não aceitou ir para lá e resolveram acampar ao lado das rodovias, aqui no estado, criando com isso o Movimento dos Sem Terra. A primeira escola foi na casa de João Batista Neto, primeiro professor. No ano de 1945 construíram a primeira escola oficial em sistema de mutirão. Em 1947, chegou a primeira professora formada, Helena Escorteganha Novelo. Em 19 de abril de 1979 foi delimitada a área de abrangência do distrito de Gramado dos Loureiros, através do Projeto de Lei n.º 683/79, pelo então prefeito de Nonoai Gervásio Magri. Em 1951 foi aprovado o Projeto de Lei n.º 351/91 de 22 de agosto de 1991 que autorizava a realização da consulta plebiscitaria para 10 de novembro do mesmo ano. A Lei 9.541/92 criou o Município. Ficou instituída a data de 10 de novembro



como dia do município. Gramado dos Loureiros está na segunda legislatura, convêm salientar que os prefeitos Alivino de Melo Machado, Adir Paulo Loureiro de Melo e Antonio Leo Loureiro de Melo são descendentes de José Pedro Loureiro de Melo.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Para tentar superar as dificuldades relacionadas à primeira infância, se faz necessário a realização de um diagnóstico para identificação e compreensão dos reais desafios do município na garantia das condições para o desenvolvimento integral das crianças. Desse modo apresentaremos um conjunto de indicadores sobre a atual realidade da primeira infância no município, a partir dos dados coletados através das políticas públicas locais.

O levantamento e a análise das informações também permitem constatar possíveis lacunas, particularmente na área da proteção social, da garantia de direitos e da promoção da cidadania, nos colocando o desafio de melhorar a situação da primeira infância, acrescentando a tarefa da articulação intersetorial, com uma lógica de atendimento integral e integrado entre todos s atores envolvidos no atendimento das crianças na primeira infância e suas famílias.

COMPOSIÇÃO POPULACIONAL

O Município de Gramado dos Loureiros (RS), localiza-se ao norte do Rio Grande do Sul, região que compreende a AMNG/RS. No IBGE chegou a 2.014 pessoas no Censo de 2022, o que representa uma queda de -11,24% em comparação com o Censo de 2010. Possui uma Área Territorial 131,396 km², com Densidade demográfica 15,33 hab/km² e o IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal 0,685.

NÚMERO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS

De acordo com os dados coletados através da Secretaria de Saúde, atualmente temos uma média de 329 crianças de 0 a 6 anos completos residindo no município de Gramado dos Loureiros/RS, conforme segue:



DADOS DAS CRIANÇAS SALA DE VACINA SEDE DO MUNICIPIO

CRIANÇAS ATÉ 1 ANO	CRIANÇAS DE 1 ANO	CRIANÇAS DE 2 ANO	CRIANÇAS DE 3 ANO	CRIANÇAS DE 4 ANO	CRIANÇAS DE 5 ANO	CRIANÇAS DE 6 ANO	TOTAL DE CRIANÇAS
14	10	23	17	30	36 *CRIANÇAS ATÉ 5 ANOS: 130*	23	153

DADOS DAS CRIANÇAS SALA DE VACINA POSTO INDÍGENA

CRIANÇAS ATÉ 1 ANO	CRIANÇAS DE 1 ANO	CRIANÇAS DE 2 ANO	CRIANÇAS DE 3 ANO	CRIANÇAS DE 4 ANO	CRIANÇAS DE 5 ANO	CRIANÇAS DE 6 ANO	TOTAL DE CRIANÇAS
21	26	25	23	29	25 *CRIANÇAS ATÉ 5 ANOS: 149*	27	176

REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO

A garantia do Registro Civil é um direito de todas as crianças. Por meio dele, definem sua identidade perante o Estado e a sociedade, tornando-se aptas ao pleno exercício de sua cidadania. A ausência desse registro cria, entre outras implicações, entraves para que meninos e meninas na primeira infância possam ser beneficiárias das políticas públicas.

PROTEÇÃO SOCIAL

A Proteção Social originou-se da necessidade social de se estabelecer métodos de proteção contra os variados riscos ao ser humano. Compreende ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios para a redução e prevenção de vulnerabilidades e riscos, vitimizações, fragilidades, contingências, que cidadãos e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de restrições sociais, econômicas, políticas, etc.

> Di Giovanni (1998) conceitua proteção social como sendo as formas institucionalizadas ou não que as sociedades constituem para proteger seus membros, dos riscos sociais ou vicissitudes da vida em sociedade.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Relatório de Programas e Ações do MDS

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Município: GRAMADO DOS LOUREIROS/RS

INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

ESTIMATIVA POPULACIONAL
IBGE 2024
2.049

RURAL
IBGE 2010

URBANA
IBGE 2010

PORTE
Pequeno Porte I

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2010 e 2022

CADASTRO ÚNICO

FAMILIAS CADASTRADAS
MARÇO/2025
712

FAMILIAS EM SITUAÇAO DE POBREZA
212

FAMILIAS EM SITUAÇAO DE BAIXA RENDA
158

FAMILIAS COM RENDA PER CAPITA MENSAL ACIMA DE ½ SAL. MIN
342

PESSOAS CADASTRADAS
MARÇO/2025
1.822

PESSOAS EM SITUAÇAO DE POBREZA
590

PESSOAS EM SITUAÇAO DE BAIXA RENDA
454

PESSOAS COM RENDA PER CAPITA MENSAL ACIMA DE ½ SAL. MIN
778

ESTIMATIVA DE FAMILIAS COM PERFIL CADASTRO UNICO

COBERTURA (%)

Relatório gerado em: 26/05/2025 11:43:48
Em caso de dúvidas ou sugestões envie uma mensagem através dos nossos canais de atendimento: 1
https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/fale-conosco



Relatório de Programas e Ações do MDS

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Município: GRAMADO DOS LOUREIROS/RS

337

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. SAGICAD. Cadastro Único para programas Sociais; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas Março/2025	Famílias Cadastradas Beneficiárias do PBF Abril/2025
Indígenas	242	170
Ciganos	0	0
Quilombolas	0	0
Ribeirinhos	0	0
Extrativistas	0	0
Pescadores artesanais	0	0
Agricultores familiares	67	8
Assentados da Reforma Agrária	41	4
Acampados	0	0
Pessoas em situação de rua	0	0
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	0	0
Coletores de material reciclável	2	1
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	0	0
Famílias de presos do sistema carcerário	0	0
Famílias pertecentes a comunidades de terreiro	0	0
Total*	**351**	**183**

*O total de famílias GPTE corresponde ao somatório de todos os grupos excluindo os casos com mais de uma marcação.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. SAGICAD. Cadastro Único para programas Sociais

Relatório gerado em: 26/05/2025 11:43:48
Em caso de dúvidas ou sugestões envie uma mensagem através dos nossos canais de atendimento: 2
https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/fale-conosco



Relatório de Programas e Ações do MDS

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Município: GRAMADO DOS LOUREIROS/RS

Cadastro Único - Famílias e pessoas em situação de trabalho infantil

	Famílias	Pessoas
Inscritas no Cadastro Único* **Março/2025**	-	-
Beneficiárias do Programa Bolsa Família **Abril/2025**	-	-

* Incluí as famílias e pessoas beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família
Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SAGICAD, Cadastro Único para Programas Sociais

Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS)

REPASSE MUNICIPAL *

R$ 0

SALDO EM CONTA CORRENTE MUNICIPAL - MARÇO/2025**

R$ 0

* Valor arredondado do repasse ao ente federativo de recursos do PROCAD-SUAS para fortalecimento da gestão do Cadastro Único, em 2024, conforme critérios estabelecidos na Resolução CNAS/MDS Nº 152 de 23 de abril de 2024 e art. 4º, da PORTARIA MDS Nº 995, DE 18 DE JUNHO DE 2024. Consulte a lista de municípios através aqui. aqui.
**O Saldo em conta corrente considera os recursos do PROCAD SUAS não gastos em 2023 e 2024

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SAGICAD, Cadastro Único para Programas Sociais

BOLSA FAMÍLIA

FAMILIAS	PESSOAS	BENEFICIO MEDIO MENSAL *	VALOR MENSAL REPASSADO *
MAIO/2025	MAIO/2025	MAIO/2025	MAIO/2025
	742	R$ 668,09	R$ 170.362

Relatório gerado em: 26/05/2025 11:43:48
Em caso de dúvidas ou sugestões envie uma mensagem através dos nossos canais de atendimento: 3
https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/fale-conosco



Relatório de Programas e Ações do MDS

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Município: GRAMADO DOS LOUREIROS/RS

255

TOTAL DE BENEFICIOS DO BOLSA FAMILIA
MAIO/2025

1.321

BRC
RENDA DE CIDADANIA

742

BCO
COMPLEMENTARES

232

BPI
PBF
PRIMEIRA INFANCIA - PBF

170

BET
EXTRAORDINARIOS DE TRANSIÇAO

2

TOTAL DE BENEFICIOS VARIAVEIS FAMILIARES

175

BVG
GESTANTES

10

BVN
NUTRIZ

5

BV
CRIANÇAS

147

BVA
ADOLESCENTE

28

*O total de recursos transferidos e o benefício médio desconsideram as famílias que se encontram em situação de suspensão na Folha de Pagamentos do PBF.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC, Demonstrativo Físico/Financeiro do Programa Bolsa Família.

Acompanhamento das Condicionalidades

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e Adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e Jovens (16 a 17 anos)	Total de Pessoas (4 a 17 anos)
Público para acompanhamento	66	181	25	272
Pessoas acompanhadas	29	152	13	194
Taxa de acompanhamento	43,94%	83,98%	52,00%	71,32%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	29	149	8	186
Taxa de cumprimento	100,00%	98,03%	61,54%	95,88%

Relatório gerado em: 26/05/2025 11:43:48
Em caso de dúvidas ou sugestões envie uma mensagem através dos nossos canais de atendimento: 4
https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/fale-conosco



Relatório de Programas e Ações do MDS

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Município: GRAMADO DOS LOUREIROS/RS

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Março/2025).

SAUDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres	Total de Pessoas (crianças e mulheres)
Publico para acompanhamento	188	350	538
Pessoas acompanhadas	172	334	506
Taxa de acompanhamento	91,49%	95,43%	94,05%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	172	-	
Taxa de cumprimento	100,00%	-	

SAUDE	Gestantes
Pessoas acompanhadas	15
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	15
Taxa de cumprimento	100,00%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Dezembro/2024).

ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA)

IGD-M	REPASSADO EM FEV/2025	SOMA DAS PARCELAS DE 2025

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC (Fevereiro/2025).

Relatório gerado em: 26/05/2025 11:43:48
Em caso de dúvidas ou sugestões envie uma mensagem através dos nossos canais de atendimento.
https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/fale-conosco



Relatório de Programas e Ações do MDS

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Município: GRAMADO DOS LOUREIROS/RS

BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

TOTAL DE BENEFICIARIOS PELA FONTE PAGADORA
MARÇO/2025

9

TOTAL DE BENEFICIARIOS DO BPC INSCRITOS NO CADASTRO UNICO
MARÇO/2025

8

PERCENTUAL DE BENEFICIARIOS DO BPC INSCRITOS NO CADASTRO UNICO *
MARÇO/2025

	Beneficiarios	Repassado em Março/2025	Repassado em 2025*	Repassado em 2024
Pessoas com Deficiência	9	R$ 13.662,34	R$ 36.433,34	R$ 98.842,60
Idosos	0	R$ -	R$ 0	R$ 8.472,00
Total	**9**	**R$ 13.662,34**	**R$ 36.433,34**	**R$ 107.314,60**

*Este percentual está sujeito à flutuação devido a procedimentos de exclusão do cadastro de pessoas no âmbito do Cadastro Único, bem como à concessão de novos benefícios do BPC

* Referente aos meses de jan/2025, fev/2025 e mar/2025

RENDA MENSAL VITALÍCIA

TOTAL DE BENEFICIARIOS PELA FONTE PAGADORA
JULHO/2024

0

	Repassado em Julho/2024	Repassado em 2024*	Repassado em 2023*
Total	R$ 0	R$ 0	R$ 0

* Referente aos meses de jan/2024, fev/2024, mar/2024, abr/2024 e jul/2024.
* Referente ao mês de dez/2023.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. SNAS. Base Maciça do BPC

Relatório gerado em: 26/05/2025 11:43:48
Em caso de dúvidas ou sugestões envie uma mensagem através dos nossos canais de atendimento: **https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/fale-conosco**



Relatório de Programas e Ações do MDS

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Município: GRAMADO DOS LOUREIROS/RS

INFORMAÇÕES RACIAIS

POPULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS
IBGE 2022
249

POPULAÇÃO DE HOMENS NEGROS
IBGE 2022
283

POPULAÇÃO TOTAL
IBGE 2022
2.014

POPULAÇÃO TOTAL NEGRA
IBGE 2022
532

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NEGRA
IBGE 2022
26,42%

Recorte etnico-racial	Pessoas cadastradas no Cadastro Unico (Março/2025)	Pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família (Abril/2025)	Beneficiarios de Prestação Continuada (Março/2025)
Mulheres negras	63	24	0
Homens negros	48	22	1
Quilombolas	-	-	0

Recorte étnico-racial	Famílias cadastradas no Cadastro Único (Março/2025)	Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família (Abril/2025)
Quilombolas	0	0
Famílias pertecentes a povos de terreiros	0	0
Povos Ciganos	0	0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC, Cadastro Único para programas Sociais; SNAS, Base Maciça do BPC ; IBGE, Censo Demográfico - 2022.

Relatorio gerado em: 26/05/2025 11:43:48
Em caso de duvidas ou sugestões envie uma mensagem através dos nossos canais de atendimento:
https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/fale-conosco



Relatório de Programas e Ações do MDS

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Município: GRAMADO DOS LOUREIROS/RS

Equipamentos da Rede Socioassistencial do SUAS

	Qtd. de Equipamentos Ativos (Data da Atualização: 26/05/2025)	Preencheram o Censo SUAS 2023
CRAS	1	1
CREAS Municipal	0	0 (2021)
CREAS Regional	0	0 (2021)
Centro POP	0	0 (2021)
Unidade de Acolhimento*	0	0 (2021)
Centros de Convivência	0	0 (2021)
Centro Dia	0	0 (2021)

Outros Serviços

	Qtd. de Equipamentos Ativos (Data da Atualização: 29/04/2025)	Preencheram o Censo SUAS 2023
Famílias Acolhedoras	-	0
Postos de Cadastramento	0	0 (2021)

*Para as Unidades de Acolhimento o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome efetua mensalmente o cofinanciamento de vagas em unidades do tipo Casa Lar, Albergue, Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva e Casa de Passagem.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SNAS, CadSUAS (base corporativa), SNAS, Dados Consolidados PSB/PSE, SNAS, Censo SUAS.

Para ver mais informações como localização, serviços ofertados ou oportunidades de Inclusão Produtiva acesse o MOPS

INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS (IGD/SUAS) MUNICIPAL

ID CRAS Médio | Exec. Financeira Ajustada | **IGD-Municipal:**

Relatorio gerado em: 26/05/2025 11:43:48
Em caso de dúvidas ou sugestões envie uma mensagem através dos nossos canais de atendimento: 8
https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/fale-conosco



Relatório de Programas e Ações do MDS

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Município: GRAMADO DOS LOUREIROS/RS

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social (Dezembro/2021)



SAÚDE

Da mesma forma que o Plano Nacional, a proposta do Plano Municipal pela Primeira Infância de Gramado dos Loureiros em relação à saúde, "apoia-se sobre o direito universal de acesso à saúde, entendida em seu conceito mais amplo, que envolve reconhecer o ser humano como ser integral e a saúde como qualidade de vida".

Todas as legislações estudadas deixam claro que os direitos básicos à saúde da criança estão relacionados a garantir plenas condições de nutrição, de desenvolvimento e de proteção. Para isso, conforme o PNPI, as diretrizes das políticas precisam estar apoiadas em ações transversais e integradas, operacionalizadas em todos os níveis de atenção, desde a saúde básica, o atendimento pré-natal, o parto e o puerpério, até o acompanhamento do desenvolvimento da criança, bem como os serviços especializados.

DIAGNÓSTICO DA SAÚDE

A Secretaria Municipal Gramados dos Loureiros como é habilitada como Gestão Plena em Atenção Básica, possui uma cobertura de 100% da população atendida pela estratégia de saúde da Família (ESF), com total de 01 equipe, sendo todas zona urbana, a ESF da zona urbana da cobertura á população da zona rural. Possui 01 equipe de saúde bucal para o atendimento urbano e rural. Temos dentro da UBS, Além dos profissionais da ESF, a equipe multiprofissional com os seguintes profissionais: Fisioterapeuta, Assistente social, Nutricionista, Psicólogo, Educador físico, .Enfermeiro e Técnico de enfermagem.

O município possui 6 Agentes comunitários de saúde e 2 agentes de endemias.

Na Secretaria municipal estão implantados os programas de acordo com as exigências do Ministério da Saúde (CADSUS, SIM, PECESUS, SIPNI).

INDICADORES DE SAÚDE

- Número de criança de 1 ano de idade: 24
- População em zona rural e urbana (até 6 anos): 153
- Atendimentos da UBS por idade (2025).
- Menor de 1 ano: 23



- 01 ano: 37
- 02 anos: 14
- 03 anos: 23
- 04 anos: 25
- 05 anos: 30
- 06 anos: 19
- Percentual de cobertura vacinal de crianças de 1 ano com a vacina Tríplice viral ou tetra viral 2° dose 111,23%.
- Percentual de cobertura Tetravalente (95,75%), Hepatite (78,70%) Ou Penta Valente (105,16%).

* Taxa de gestante que realizaram 6 consultas ou mais de pré-natal: 64%, (1° quadrimestre de 2025).

* Taxa de casos de sífilis congênita em relação à sífilis em gestantes 2025, (0%).

* Taxa de mortalidade neonatal 2025, 0%.

- Percentual de crianças com até 6 meses com aleitamento materno exclusivo: 4 crianças de 0 a 6 meses, 03 delas com aleitamento exclusivo, 1 complementar.

EDUCAÇÃO

A importância da educação é indiscutível, sendo amplamente reconhecida por políticas públicas como o Plano Nacional pela Primeira Infância. Esse documento destaca que a educação é o mais poderoso instrumento de formação humana e um fator decisivo para o desenvolvimento social e econômico.

O progresso nas ciências, a inovação tecnológica e a construção do futuro dependem diretamente da educação. Mais do que isso, ela é condição indispensável para a realização plena do ser humano. Ao proporcionar oportunidades de crescimento intelectual, emocional e social, a educação transforma vidas e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO



A Secretaria Municipal de Educação de Gramado dos Loureiros, no estado do Rio Grande do Sul, está instalada em uma sala localizada junto ao prédio da Prefeitura Municipal, onde desempenha suas atividades administrativas e pedagógicas.

A estrutura da secretaria conta com uma equipe profissional qualificada e multidisciplinar, composta por psicólogo(a), supervisor(a) escolar, professor(a) de educação especial, neuropsicólogo(a), equipe técnica (oficial administrativo e estagiária do CIEE), nutricionista, motoristas do transporte escolar, secretário municipal de educação, cultura e desporto, além dos demais servidores da Cultura e do Esporte. Essa equipe atua de forma integrada, assegurando o pleno funcionamento da Educação Municipal, contribuindo para a qualidade do ensino ofertado à comunidade.

A Secretaria Municipal de Educação de Gramado dos Loureiros/RS administra duas (02) instituições de ensino que compõem a rede municipal. São elas:

- **Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Rui Ramos**, que conta com uma extensão de pré-escola situada na Escola Pero Gá, localizada em área indígena;

- **Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) João Baptista Neto**, que atende alunos do Ensino Fundamental.

Ambas as instituições estão situadas na zona rural do município, atendendo às necessidades educacionais das comunidades locais com comprometimento e qualidade. Além das escolas, o município também conta com uma Biblioteca Pública Municipal, que funciona como um espaço de incentivo à leitura, à pesquisa e ao acesso à informação para toda a população.

Além das instituições da rede municipal, o município de Gramado dos Loureiros/RS conta com o funcionamento de duas (02) escolas pertencentes à **Rede Estadual de Ensino**:

- **Escola Estadual de Ensino Fundamental Indígena Pero Gá**, localizada na zona rural, atendendo à comunidade indígena com foco na valorização da cultura e identidade étnica;

- **Escola Estadual de Ensino Médio Adolfo Giordani**, situada na zona urbana, oferecendo ensino fundamental e médio à população local.

Essas instituições estaduais complementam a oferta educacional no município,



ampliando o acesso à educação básica e contribuindo para o desenvolvimento social e educacional de todas as comunidades.

No ano de 2025, a Rede Municipal de Ensino de Gramado dos Loureiros/RS registrou o seguinte número de alunos matriculados, conforme levantamento realizado:

- **Educação Infantil – Creche:** 39 alunos
- **Educação Infantil – Pré-escola:** 90 alunos
- **Ensino Fundamental – Anos Iniciais:** 59 alunos
- **Ensino Fundamental – Anos Finais:** 34 alunos

O município possui comprometimento com a garantia do direito à educação desde a primeira infância até as etapas finais do ensino fundamental, atendendo com qualidade crianças e adolescentes da zona rural e urbana.

O quadro de professores mostra-se qualificado para o exercício do magistério, contando com 35 professores efetivos e contratados. Destes, a lotação de profissionais docentes na educação infantil (creche e pré-escola) é de 19 entre professores regentes de classe e de horas atividades. Demais servidores como diretor(a), psicóloga, supervisor(a) escolar, neuropsicopedagogo(a), professor de sala de AEE, atendentes educacionais, CIEE, secretários escolares, merendeiras, serventes, guardas/vigias, monitor, enfim todos os profissionais de apoio 43 funcionários.

No ano de 2025, a Rede Estadual de Ensino de Gramado dos Loureiros/RS registrou o seguinte número de alunos matriculados, conforme levantamento realizado:

- **Escola E. Ind. Ens. Fund. Pero Gá- Ensino Fundamental (Anos Iniciais e finais):** 105 alunos (iniciais) e 73 alunos (finais), totalizando 178.
- **Escola Estadual de Ensino Médio Adolfo Giordani (do 2º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio):** 171 alunos.

O quadro de professores é composto por 32 profissionais, entre efetivos e contratados, todos qualificados para o exercício do magistério. As demais funções administrativas e de apoio são desempenhadas por 36 servidores, totalizando 68 funcionários nas unidades escolares.



INDICADORES DA EDUCAÇÃO

1. Indicadores Municipais

Tabela 1: População do Município e Taxa de Escolarização do Ensino Fundamental – Censo do ano letivo 2024.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO			TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
	Masculino	Feminino	Total	Bruta	Liquida
Gramado dos Loureiros	1.042	972	2.014		

ALFABETIZADOS: 1.467 ((86,7%) NÃO ALFABETIZADOS 225 (13,3%)

Tabela 2: População e Matrícula de 0-3 e 4-5 anos – Censo 2023

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		MATRÍCULA			
	0-3	4-5	Creche		Pré-escola	
			Total	0-3	Total	4-5
Gramado dos Loureiros	87 (censo 2022)	48 (censo 2022)		56 (censo 2023)		72 (censo 2023)

Tabela 3: População e Matrícula de 0-3 e 4-5 anos informados para Censo ano letivo 2024

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		MATRÍCULA			
	0-3	4-5	Creche		Pré-escola	
			Total	0-3	Total	4-5
Gramado dos Loureiros	87 (censo 2022)	48 (censo 2022)		49 (censo 2024)		86 (censo 2024)

Tabela 4: População, Matrícula(2023), Taxa de Abandono (2022) e Taxa de Distorção(2023)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	MATRÍCULA – ANO 2023	TAXA DE ABANDONO – ANO 2022	TAXA DE DISTORÇÃO – ANO 2023
	6-10 anos	1° ao 5° ano	1° ao 5° ano	1° ao 5° ano
Gramado dos Loureiros	109 (censo 2022)	216 (REDE MUNICIPAL E ESTADUAL) 54 (REDE MUNICIPAL)	-------	7,4%

Tabela 5: População, Matrícula (2024), Taxa de Abandono (2023) e Taxa de Distorção (2024)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	MATRÍCULA – ANO 2024	TAXA DE ABANDONO – ANO 2023	TAXA DE DISTORÇÃO – ANO 2024
	6-10 anos	1° ao 5° ano	1° ao 5° ano	1° ao 5° ano
Gramado dos Loureiros	109 (censo 2022)	61	0%	-------

Tabela 6: Resultados das Avaliações Externas

MUNICÍPIO	2023		2024	
	SAEB	Avaliação Estadual	SAEB	Avaliação Estadual
Gramado dos Loureiros	6.54 (rede estadual) Sem avaliação (rede municipal)	6.54 (rede estadual) Sem avaliação (rede municipal)	Resultados 2025	Resultados 2025
	IDEB 5.7 (REDE ESTADUAL)	IDEB 5.7 (REDE ESTADUAL)	IDEB	IDEB

Tabela 7.1: dados quantitativos da educação infantil e do Ensino Fundamental I informados para o Censo do ano letivo de 2024

MUNICÍPIO	CRECHE 0 a 3 anos				PRÉ-ESCOLA 4 e 5 anos				ENSINO FUNADAMENTAL							
									1° ANO				2° ANO			
	Matr	N° Prof	N° de tur		Matr	N° Prof	N° de tur		Matr	N° Prof	N° de tur		Matr	N° Prof	N° de tur	
			M	T			M	T			M	T			M	T
Gramado dos Loureiros	49	10	04	04	86	08	1	5	15	06	---	01	10	05	---	01

Tabela 7.2: dados quantitativos da educação infantil e do Ensino Fundamental I informados para o Censo do ano letivo de 2024

MUNICÍPIO	ENSINO FUNDAMENTAL											
	3° ANO				4° ANO				5° ANO			
	Matr	N° de Prof	N° de tur		Matr	N° de Prof	N° de tur		Matr	N° de Prof	N° de tur	
			M	T			M	T			M	T
Gramado dos Loureiros	06	05	---	01	14	05	---	01	16	05	01	---

Tabela 8: Quantitativo de escolas da rede municipal de ensino

MUNICIPIO	EDUCAÇÃO INFANTIL			EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO FUNDAMENTAL			
	Creche	Creche e Pré-escola	Pré-escola	EI e EF de 1° ao 5° ano	EI e EF de 1° ao 9° ano	EF de 1° ao 5° ano	EF de 1° ao 9° ano	EF com turmas multisseriadas de 1° ao 5° ano	
Gramado dos	0	1	0	0	1	0	0	0	



ESPORTE E LAZER

QUADRAS POLIESPORTIVAS

- Zona Urbana: 01
- Zona Rural: 02

CAMPOS DE FUTEBOL

- Zona Urbana: 01
- Zona Rural: Campos desativados (Comunidades de: Alto Alegre, Daher, Encruzilhada dos Ribeiros, Assentamento Novo Gramado, Área Indígena, Linha Serpa, Tavares e Aguinhas).

METAS E ESTRATÉGIAS

Apresentamos, a seguir, os eixos estratégicos acompanhados de suas respectivas metas e estratégias, que compõem o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Gramado dos Loureiros/RS. Este documento é o resultado de um processo participativo e democrático, fruto do diálogo estabelecido entre o poder público e a sociedade civil, por meio da atuação da Rede Protetiva dos Direitos da Criança no município.

Esse diálogo colaborativo resultou no ponto de partida para o planejamento conjunto com a sociedade civil, fortalecendo o compromisso coletivo com a infância. A partir desse processo, foi possível viabilizar o detalhamento de estratégias voltadas à promoção da atuação intersetorial, com o objetivo de avançar no atendimento integral e integrado das crianças na primeira infância e de suas famílias.

A priorização da população em situação de maior vulnerabilidade, em suas diversas dimensões raça/etnia, gênero, condição socioeconômica, crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, populações indígenas, quilombolas e imigrantes, que já estava contemplada nas diretrizes do governo municipal, nesta fase do plano ganha centralidade.

Essa diretriz não se configura como uma estratégia isolada ou vinculada a uma única meta, mas sim como um princípio transversal, que deve orientar todas as ações



voltadas à primeira infância e nortear os indicadores de monitoramento e avaliação do PMPI como um todo. Essa abordagem garante que a equidade e a justiça social estejam na base da formulação e implementação das políticas públicas municipais.

A partir das colaborações consolidadas e do alinhamento com os planos municipais setoriais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Plano Municipal pela Primeira Infância de Gramado dos Loureiros (PMPI) consolida-se como um instrumento dinâmico e participativo de gestão pública.

Ao final de sua elaboração, o PMPI será objeto de revisão periódica pelos órgãos envolvidos, sempre que necessário, garantindo sua atualização constante diante das mudanças nas demandas sociais, nas políticas públicas e nos contextos locais. Essa revisão visa manter a efetividade do plano, assegurando que ele continue respondendo de forma eficiente às necessidades das crianças de 0 a 6 anos e de suas famílias.

Norteado pelo Marco Legal da Primeira Infância, o Plano parte do diagnóstico da realidade local e das ações finalísticas (objetivos e metas) que o município deve realizar, tendo como base cada um dos direitos da criança afirmados pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelas leis específicas de setores como Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Convivência Familiar e Comunitária, entre outros.

Nosso Plano, estruturado em eixos estratégicos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem como propósito central garantir todos os direitos das crianças, com ênfase especial na Primeira Infância — etapa fundamental para o desenvolvimento humano integral.

EIXOS EXTRATÉGICOS

EIXO 1 - CRIANÇA COM SAÚDE

Diretriz 01 - Prevenção da gravidez na adolescência e universalização do atendimento a gestante.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
		Disponibilização do teste de HIV rápido nas unidades de atendimento.	Saúde	Contínuo 2026-2036



1	Disponibilizar exames e pré-natal de qualidade a todas as gestantes.	Realização das sete consultas mínimas de pré-natal das gestantes.	Saúde	Contínuo 2026-2036
		Promoção do acesso a todos os exames pertinentes ao pré-natal	Saúde	Contínuo 2026-2036
		Insentivo ao parto natural com segurança para reduzir as taxas de cesáreas.	Saúde	Contínuo 2026-2036
2	Reduzir o número de adolescentes grávidas.	Realização de palestras, oficinas e rodas de conversa com adolescentes sobre os metodos contraceptivos e DSTs.	Saúde, Educação, Assistência Social	Anual 2026-2036
		Palestras sobre os riscos de uma gravidez na adolescência.	Saúde	Anual 2026-2036
3	Diminuir a morbidade e mortalidade infantil.	Orientação na unidade de saúde sobre o aleitamento materno.	Saúde	Contínuo 2026-2036
		Ampliação do número de crianças em aleitamento materno exclusivo.	Saúde	Anual 2026-2036
4	Realizar campanhas informativas à população.	Divulgação das campanhas.	Saúde	Anual 2026-2036

Diretriz 02 - Promoção do atendimento a todas as crianças do grupo de 0 a 6 anos.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Erradicar a desnutrição e as anemias carenciais.	Realização de campanhas de informação, educação e comunicação para uma alimentação adequada em quantidade e qualidade.	Saúde, Educação	Anual 2026-2036
		Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis na escola.	Saúde, Educação, Assistência Social	Anual 2026-2036
		Distribuição de sulfato ferroso, vitaminas e sais minerais na Farmacia Básica.	Saúde	Contínuo 2026-2036
	Promover a saúde	Realização da busca ativa de crianças com indicação de necessisdades especiais.	Saúde, Assistência Social,	Contínuo 2026-2036



2	mental de crianças.		COMDIGRAL	
		Implementação e fortalecimento dirigidos às crianças com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento	Saúde , Educação, Assistência Social	Contínuo 2026-2036
3	Prevenir o sobrepeso e doenças na primeira infância.	Definição do cardápio saudável para as unidades de Educação Infantil.	Educação, CRAS	Contínuo 2026-2036
		Realização de palestras entre as famílias sobre alimentação na primeira infância.	Saúde, Educação	Contínuo 2026-2036
4	Ofertar e manter o cronograma vacinal.	Realização de campanhas continuadas sobre a importância da vacinação, tornando-as ludicas.	Saúde, Educação	Contínuo 2026-2036
		Manutenção da oferta de todas as vacinas relativas à primeira infância.	Saúde	Contínuo 2026-2036
		Realizar a busca ativa de vacinação quadrimestral para zona rural.	Saúde	Contínuo 2026-2036
		Realizar o levantamento do número de crianças de 1 ano para atualizar o cadastro.	Saúde	Anual 2026-2036

EIXO 2 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Diretriz 03 - Universalização da Educação Infantil - creche e pré-escola - gratuita e de qualidade.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Ampliar a matrícula	Disponibilização de transporte escolar com segurança, para atender a demanda.	Educação	Contínuo 2026-2036
		Definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola.	Educação, Conselho Tutelar	Contínuo 2026-2036



1	na Educação Infantil.	Realização de busca ativa para identificar e matricular crianças com deficiência na rede de ensino.	Educação Assistência social, Saúde	Contínuo 2026-2036
		Sugerir a Adminstração concurso público.	Educação, Administração	2026-2036
2	Capacitar continuadamente os operadores da Educação.			
		Promover a formação continuada de todos os operadores da Educação Infantil, docentes e não docentes com foco no desenvolvimento integral da criança.	Educação, Administração	Contínuo 2026-2036
		Manter o número de profissionais para atender a demanda de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação, garantindo a oferta de professoras(es) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares.	Educação, Administração	Contínuo 2026-2036
3	Disponibilizar merenda escolar adequada e de qualidade	Elaboração do cardápio, considerando a faixa etária da 1° infância, incluindo as demandas individuais.	Educação	Mensal 2026-2036
		Fortalecimento do CAE – Conselho de Alimentação Escolar.	Educação	Anualmente 2026-2036

EIXO 3 - ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA, COMUNIDADE E CRIANÇAS

Diretriz 04 - Definição de estratégias e mecanismos que fortaleçam os vínculos familiares.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Promover a família	Realização da busca ativa das famílias em situação de vulnerabilidade para a construção de práticas sociais que ofereçam melhor qualidade de vida	Assistência Social, Saúde.	Contínuo 2026-2036



1	como espaço adequado para o desenvolvimento da criança	Utilização dos espaços da comunidade tais como: unidades de saúde, educação, ginásios, para encontros com grupos de familias	Assistência Social, Saúde, Educação.	A partir de 2026
		Promoção de ações de valorização do núcleo familiar, através de campanhas informativas sobre os serviços de apoio à família disponibilizados pelo Município	Assistência Social, Saúde.	Anual 2026-2036
		Qualificação dos profissionais dos CRAS e Conselho Tutelar sobre a valorização da unidade familiar e suas interfaces como lócus próprio de identidade social.	Assistência Social,	Contínuo 2026-2036
2	Realizar ações de estímulo e fortalecimento dos vínculos familiares para crianças em situação de acolhimento institucional	Atuação, junto ao Conselho Tutelar, para a localização de membros da família extensa de criança acolhida institucionalmente, quando for necessário.	Assistência Social, Conselho Tutelar	Contínuo 2026-2036
		Incretação e fortalecimento da unidade institucional para a construção dos documentos necessários a reavaliação judicial da medida de acolhimento.	Assistência Social, CRAS e Conselho Tutelar.	A partir de 2026
		Acompanhamento da família quando do retorno da criança para o convívio familiar.	Assistência Social, CRAS e Conselho Tutelar.	Contínuo 2026-2036
3	Atualizar o mapeamento das crianças de até 6 anos com deficiência, beneficiarias do BPC no Município	Realização do diagnóstico constante das crianças beneficiadas e suas famílias.	Assistência Social	Contínuo 2026-2036
		Realização da busca ativa de crianças aptas a receber o BPC.	Assistência Social	Contínuo 2026-2036
4	Inserir as famílias em situação de risco em programas socio assistenciais	Verificação das condições de vulnerabilidade de famílias cadastradas no Município.	Assistência Social	Contínuo 2026-2036

Diretriz 05 - Inserção da criança na comunidade.



Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Valorizar os espaços comunitários para o desenvolvimento da criança	Promoção de ações que evidenciem as características culturais da comunidade.	Assistência Social, Educação, Esporte e Cultura	Anual 2026-2036
		Disponibilização dos espaços da escola para ações de caráter coletivo e comunitário.	Assistência Social, Educação	Contínuo 2026-2036
		Promoção de atividades que fortaleçam o sentimento de pertencimento comunitário.	Assistência Social, Educação, Saúde	Contínuo 2026-2036
2	Integração entre família, comunidade e criança nos espaços públicos	Valorização dos espaços permanentes de participação das relações familiares e de sua integração com a comunidade.	Assistência Social, Educação, Saúde	A partir de 2026
		Realização do dia da Convivência Familiar e Comunitária na sede e nas escolas do Município.	Assistência Social, Educação.	Anual a partir de 2026

EIXO 4 - ATENÇÃO A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Diretriz 06 – Garantir e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Garantir o acesso aos serviços públicos dispostos neste plano a todas a crianças em	Integrar e estruturar redes de serviços públicos, de acordo com as especificidades territoriais, para gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, violência, extrema pobreza e/ou com deficiência.	Saúde, Educacão, Assistência Social	A partir de 2026
		Criar e implementar protocolos territoriais de atuação em rede, que envolvam a comunidade, para a realização da busca ativa de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos.	Saúde, Educacão, Assistência Social e Conselho Tutelar	A partir de 2026



	situação de vulnerabilidade	Capacitar 100% das equipes de atendimento direto e abordagem para atuarem de acordo com os protocolos de busca ativa e atendimento da população na primeira infância e suas famílias.	Saúde, Educão, Conselho Tutelar, Assistência Social	A partir de 2026
		Garantir o acesso aos serviços da rede pública a todas as crianças independentemente de apresentarem registro civil (em carácter de emergência), com atenção especial para imigrantes, refugiados, comunidades e povos tradicionais, crianças em situação de rua e crianças com deficiência.	Saúde, Educacão, Conselho Tutelar, Assistência Social.	Contínuo 2026-2036
2	Articular as políticas para a primeira infância às políticas da agenda do desenvolvimento sustentável	Integrar os programas de combate à pobreza aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.	Saúde, Educacão, Conselho Tutelar, Assistência Social	A partir de 2026
		Integrar os programas de habitação aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.	Saúde, Educacão, Conselho Tutelar, Assistência Social, Infraestrutura	A partir de 2026
		Integrar os programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.	Saúde, Educacão, Conselho Tutelar, Assistência Social	Contínuo 2026-2036

Diretriz 07 - Reduzir o número de crianças de 0 a 6 anos em regime de acolhimento institucional.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Promover ações asseguradoras dos direitos básicos fundamentais para o convívio familiar e	Realização da busca ativa das famílias que geram a ocorrência de atenção à criança, buscando soluções para reintegração familiar.	Assistência Social, Conselho Tutelar	A partir de 2026



1	comunitário	Manutenção das crianças institucionalizadas na Escola.	Assistência Social, Educação	Contínuo 2026-2036
2	Articular junto ao Sistema de Justiça, para que no prazo máximo de 2 anos, seja definida a situação de uma criança no acolhimento	Atualização do Plano Individual de Atendimento (PIA) das crianças institucionalizadas.	Assistência Social	A partir de 2026
		Disponibilização da equipe profissional para acompanhamento e articulação com o Sistema de Justiça.	Assistência Social	A partir de 2026
		Garantia do restabelecimento do vínculo familiar e comunitário de 100% das crianças abrigadas por situação de pobreza.	Assistência Social.	Contínuo 2026-2036
3	Manter os vínculos familiares de crianças em acolhimento	Promoção do regime de visitas às famílias das crianças em acolhimento.	Assistência Social.	A partir de 2026
4	Promover o atendimento psicológico para as crianças vítimas de violência e em acolhimento	Disponibilização do atendimento por profissional de psicologia.	Assistência Social e Saúde	Contínuo 2026-2036

EIXO 5 - DIREITO DE BRINCAR

Diretriz 08 - Garantir a todas as crianças de 0 a 6 anos, o direito de brincar.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Realizar o diagnóstico para identificação dos espaços públicos disponíveis, governamentais e comunitários, do brincar das crianças de até seis anos	Avaliação da qualidade dos espaços e a possibilidade de adequá-los a faixa etária.	Esporte e Cultura, Infraestrutura, Finanças	A partir de 2026
		Buscar junto as outras esferas governamentais, recursos para a construção de espaços específicos para crianças.	Educação, Assistência social, Infraestrutura, Finanças	A partir de 2026
		Preservação dos espaços lúdicos, culturais e de lazer para aumentar gradualmente a oferta.	Esporte e Cultura, Infraestrutura, Assistência social	Contínuo 2026-2036
		Disseminação de brinquedotecas nas escolas.	Educação	A partir de 2026



2	Construir espaços para o lazer de crianças na primeira infância	Preservação dos espaços destinados a primeira infância, com a contribuição das famílias.	Esporte e Cultura, Infraestrutura, Assistência social,	Contínuo 2026-2036
		Inclusão dos conteúdos, informações e práticas lúdicas nos programas de formação continuada de professores e profissionais que atuam com crianças de até 6 anos.	Educação, Assistência Social	Contínuo 2026-2036
		Valorização e resgate das antigas brincadeiras das comunidades do Município.	Educação, Assistência Social	A partir de 2026

EIXO 6 - A CRIANÇA E O ESPAÇO - A CIDADE E O MEIO AMBIENTE

Diretriz 09 - Garantir a todas as crianças, na primeira infância, espaços seguros para o seu desenvolvimento.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Fortalecer o direito da criança aos espaços públicos, tornando o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos.	Estimular a criação e revitalização de espaços urbanos, ociosos ou não, tornando-os áreas verdes ou praças com espaço de brincar acessíveis, prevendo mecanismos que garantam sua preservação, a fim de promover a integração família/criança/natureza.	Administração, Finanças	Até 2036
		Sensibilizar a sociedade sobre os mecanismos de exclusão e invisibilidade das crianças na primeira infância no espaço público, a fim de ampliar a percepção sobre a importancia de espaços acessíveis adequados a primeira infância.	Assistência Social, Educação e Conselho Tutelar	A partir de 2026
	Ampliar os espaços para crianças da primeira infância nas praças	Identificação dos espaços já existentes, destinados ao público alvo, em praças públicas.	Infraestrutura, Educação	A partir de 2026



2	existentes, com parquinhos e brinquedos adequados à idade das mesmas.	Adequação dos espaços públicos para crianças até 6 anos de idade.	Infraestrutura, Educação	Até 2027
3	Incluir no currículo da Educação Infantil da rede pública municipal atividades pedagógicas extramuros, nas praças e demais locais públicos, próximos ou não da unidade escolar.	Definição de projetos de integração das crianças ao ambiente urbano.	Educação, infraestrutura, Esporte e Cultura	A partir de 2026
		Instituição do dia municipal do brincar.	Educação Administração	A partir de 2026
4	Promover cursos e oficinas de aperfeiçoamento sobre as questões da sustentabilidade, para os profissionais e demais operadores da Educação Infantil.	Inclusão na agenda anual de capacitação e treinamento dos profissionais, cursos específicos sobre a temática.	Educação	Anual 2026-2036

EIXO 7 - ATENDENDO A DIVERSIDADE

Diretriz 10 - Promoção da inclusão em sentido amplo, como ferramenta de defesa dos direitos de crianças ainda na primeira infância.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Implementar cursos e oficinas de aperfeiçoamento dos profissionais da Educação Infantil, sobre a diversidade étnico-racial e o papel da Educação na promoção da igualdade.	Criação de material específico e adequado para o trabalho sobre a temática com as crianças.	Educação	A partir de 2026
		Construção de uma agenda anual sobre a temática.	Educação	A partir de 2026
		Preparação de recursos para serem trabalhados na rotina escolar de enfrentamento ao preconceito.	Educação	A partir de 2026
2	Adquirir brinquedos e outros materiais pedagógicos para a Educação Infantil, observando as representações étnicas, religiosas, etc.	Inclusão nas salas multifuncionais das unidades da Educação Infantil, bonecas de todas as etnias, personagens negros e jogos expressivos da diversidade.	Educação	A partir de 2026
		Adoção de estratégias de valorização da diversidade na rotina escolar.	Educação	A partir de 2026



3	Implementar decoração na de Educação Infantil que contemple a pluralidade étnica brasileira.	Disponibilização de materiais específicos sobre o respeito à diversidade para colocação nas unidades.	Educação	A partir de 2026
4	Produzir material impresso para os profissionais de saúde sobre as fragilidades de saúde da população negra.	Assegurar a equidade no atendimento de todas as crianças.	Saúde	A partir de 2026

EIXO 8 - ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS

Diretriz 11 - Fortalecer a rede de proteção para enfrentamento e combate de toda forma de violência praticada contra a criança na primeira infância.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Criar e fortalecer redes locais de atenção às crianças e suas famílias no tocante ao enfrentamento da violência doméstica.	Mobilização da sociedade através de campanhas, informes, para colocar as crianças a salvo de todas as formas de violências.	CMDCA, Conselho Tutelar, Assistência Social, Educação, Saúde	A partir de 2026
		Qualificação do atendimento das crianças vítimas de violência doméstica.	CMDCA, Conselho Tutelar, Assistência Social, Educação, Saúde	A partir De 2026
2	Qualificar o fluxo e o monitoramento de atendimento/ acompanhamento de crianças, através de um banco de dados específico e/ou alimentação dos dados do Sipia.	Promoção e fortalecimento do Sipia.	CMDCA, Conselho Tutelar, Assistência Social	Até 2036
		Realização de uma articulação eficiente entre a rede de proteção, a rede de atendimento, escolas de educação infantil, conselho tutelar e famílias, para coleta de dados.	CMDCA, Conselho Tutelar, Assistência Social, Educação, Saúde	Até 2036
		Criação de um banco de dados, alimentado pelos conselhos tutelares, sobre as notificações de violências.	CMDCA, Conselho Tutelar.	Até 2036
3	Promover campanhas municipais de sensibilização para prevenção e enfretamento à violência, nas diferentes	Realização de eventos específicos como o 18 de Maio, o 12 de junho e outros voltados para o enfrentamento e combate à violência.	CMDCA, Conselho Tutelar, Assistência Social, Educação, Saúde	Contínuo 2026-2036



	formas, em alinhamento com as campanhas estaduais e Nacionais.	Elaborar material informativo para pais e cuidadores com foco em estratégias para a educação não violenta.	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação.	A partir de 2026

EIXO 9 - ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS

Diretriz 12 - Garantia de acesso e efetivação ao Registro Civil a todas as crianças logo após o nascimento.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Consolidar informações e estatísticas de nascimento e registro civil, apontando as localidades e populações identificadas como de incidência de sub- registro.	Realização de diagnóstico para adoção de ações de enfrentamento ao não-registro de crianças.	CMDCA e Conselho Tutelar	A partir de 2026
		Articulação entre CRAS e Extratégia de Saúde da Família para localização de crianças sem registro civil.	CMDCA, Conselho Tutelar, Assistência Social, Educação, Saúde	Contínuo 2026-2036
		Notificação das escolas para noticiamento de crianças sem registro civil.	Educação, Conselho Tutelar, Assistência Social	Contínuo 2026-2036
2	Organizar, nas escolas, ações que estimulem o registro de nascimento e dar orientação às famílias	Inserção da temática nas reuniões de pais.	Educação	Contínuo 2026-2036

EIXO 10 - PROTEGENDO AS CRIANÇAS CONTRA A PRESSÃO CONSUMISTA

Diretriz 13 - Proteger as crianças das ações mercadológicas para consumo desenfreado.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
	Incentivar que as escolas de Educação Infantil introduzam, como	Promoção da abordagem da temática com os alunos de forma lúdica.	Educação	Contínuo 2026-2036



1	conteúdo transversal, o tema do consumo responsável e consciente.	Inserção da temática nas reuniões de pais.	Educação	Contínuo 2026-2036
2	Sensibilizar, através de campanhas, oficinas e palestras, os educadores e os estabelecimentos de Educação Infantil para consumismo na infância e a sustentabilidade do planeta.	Promoção de campanhas junto às famílias sobre os valores e hábitos da sociedade de consumo e de seus próprios hábitos de consumo.	Educação	Anual 2026-2036
		Demonstração, através de material impresso, do prejuízo do excesso de vaidade e o estímulo ou incentivo dos pelas crianças, de recursos destinados ao público adulto.	Educação	Contínuo 2026-2036

EIXO 11 - CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Diretriz 14 - Assegurar uma infância saudável e adequada ao desenvolvimento no tocante ao respeito da imagem.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Promover o debate sobre a exposição precoce de crianças à mídia.	Informar e sensibilizar a sociedade e as famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação.	Educação, Conselho Tutelar e Assistência Social	Anual 2026-2036
		Inserção da temática nas rodas de conversas na escolas.	Educação	Contínuo 2026-2036
2	Promover campanha junto às famílias sobre os limites que devem ser impostos às crianças no que se refere ao uso da mídia.			
		Introduzir a temática nas reuniões de pais nas escolas.	Educação	A partir de 2026
3	Estabelecer no plano de trabalho dos profissionais da educação, a reflexão com os pais acerca dos males que o excesso da mídia pode causar.	Introdução da temática no programa de formação continuada dos docentes.	Educação	Contínuo 2026-2036
		Valorização das brincadeiras que estimulem o movimento e a imaginação, como "faz-de-conta", teatros de bonecos, de fantoches.	Educação, Esporte e Cultura	Contínuo 2026-2036



4	Promover debates públicos sobre a qualidade da mídia dirigida às crianças, observando a importância dos programas educativos que respeitem as etapas e características do desenvolvimento Infantil.	Articulação das ações com outras secretarias e entidades da sociedade civil.	Educação, Conselho Tutelar, Saúde e Assistência Social.	A partir de 2026

EIXO 12 - EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Diretriz 15 - Reduzir, drasticamente, os acidentes na primeira infância.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Criar uma estratégia Municipal de Prevenção de Acidentes na Primeira Infância.	Orientação e sensibilização dos pais e responsáveis por crianças, sobre prevenção de acidentes desde o início da gestação.	Educação, Saúde, Assistência Social.	A partir de 2026
		Orientação para assimilação sobre prevenção de acidentes.	Assistência Social, Saúde	A partir de 2026
		Promoção e reforço da temática da prevenção de acidentes na qualificação e sensibilização das equipes de atenção básica para a realização de visitas domiciliares desde a primeira semana de vida.	Saúde	Contínuo 2026-2036
2	Realizar campanhas educativas, informativas e de comunicação à população, abordando a importância da prevenção de acidentes para uma infância saudável.	Inserção da Educação de Trânsito, de forma constante e não pontual na Educação Infantil.	Educação	Contínuo 2026-2036



3	Inserir a temática prevenção de acidentes e primeiros socorros na formação continuada dos docentes e não docentes que atuam nas EMEIs.	Promoção anual de curso de primeiros socorros para os profissionais que operam com crianças na primeira infância.	Educação, Saúde.	A partir de 2026
4	Manter informado o banco de dados sobre acidentes na primeira infância (SINAN).	Identificação das principais causas da morbidade por acidentes e de seus agentes causadores, servindo de base para tomada de decisões em políticas públicas.	Saúde	A partir de 2026

EIXO 13 - CRIANÇAS INDÍGENAS – DIREITO À CULTURA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Diretriz 16 - Assegurar às crianças indígenas o direito de viver e se desenvolver em consonância com sua cultura, identidade e território, respeitando suas especificidades étnicas e promovendo políticas públicas intersetoriais que garantam o seu bem-estar integral.

Nº	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Ampliar o acesso das crianças indígenas de 0 a 6 anos a serviços de saúde, educação infantil e assistência social, respeitando suas especificidades culturais.			
		• Promover a escuta ativa das lideranças e das comunidades indígenas na formulação das políticas públicas locais.	Assistência Social, Saúde	A partir de 2026
		• Mapear o número de crianças indígenas no território e suas necessidades específicas.	Educação, Saúde	Contínuo 2026-2036



2	Assegurar que as práticas educativas e de cuidado respeitem e valorizem os saberes e a cultura indígena.	• Incluir conteúdos e práticas pedagógicas que integrem a língua e a cultura indígena nas escolas e creches.	Educação	Contínuo 2026-2036
		• Envolver os anciãos e líderes indígenas nas atividades educativas e culturais com as crianças.	Educação	Contínuo 2026-2036
3	Fortalecer ações intersetoriais que promovam o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças indígenas, respeitando sua identidade cultural.	• Promover ações de combate à discriminação e ao preconceito nos serviços públicos.	Educação, Saúde, Assistência Social.	Contínuo 2026-2036
4	Fortalecer a participação das famílias e comunidades indígenas na construção das políticas para a infância.	Apoiar iniciativas comunitárias de cuidado, proteção e transmissão cultural.	Educação	Contínuo 2026-2036
5	Promover ações de combate ao preconceito, ao racismo e à exclusão das crianças indígenas.	Desenvolver campanhas educativas de valorização da diversidade étnico-cultural.	Educação, Saúde, Assistência Social.	Contínuo 2026-2036
		Garantir acolhimento digno, sem discriminação, nos serviços de saúde, educação e assistência social.	Educação, Saúde, Assistência Social.	Contínuo 2026-2036

O Plano Municipal pela Primeira Infância reconhece a diversidade étnico-cultural do município e reafirma o compromisso com a garantia dos direitos das crianças indígenas de 0 a 6 anos, respeitando suas identidades, línguas, culturas, territórios e formas próprias de cuidado, educação e organização comunitária.

O compromisso com as crianças indígenas no PMPI é expressão do respeito à Constituição Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao Estatuto dos Povos Indígenas, à Convenção 169 da



OIT, e ao Marco Legal da Primeira Infância, reafirmando o princípio da equidade e da justiça social no cuidado com todas as infâncias do território municipal.



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Gramado dos Loureiros/RS são elementos fundamentais para a garantia de sua efetivação, aplicabilidade e constante aprimoramento.

Com o objetivo de assegurar a execução eficaz do plano e permitir a identificação e correção de possíveis obstáculos, as atividades de monitoramento e avaliação serão contínuas, articuladas a partir de relatórios periódicos, organizados com base nos eixos estratégicos definidos no Plano de Ação.

Esse processo será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, com apoio do Assistência Social e do CMDCA local (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), em consonância com os demais atores envolvidos, reconhecendo que a responsabilidade pela proteção e garantia dos direitos das crianças é compartilhada entre o poder público, a sociedade civil e as famílias.

O acompanhamento do PMPI de Gramado dos Loureiros, tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil, tem como finalidade primordial medir os avanços na sua execução, avaliar o alcance das metas estabelecidas e identificar a necessidade de ajustes ou reorientações nas estratégias adotadas.

Os mecanismos de monitoramento e avaliação devem estar fundamentados na coleta sistemática de dados quantitativos e qualitativos, que possibilitem análises consistentes e subsidiam a compreensão dos resultados gerados pela implementação do plano.

Essa sistematização é essencial para verificar os impactos reais das ações propostas na garantia dos direitos e no desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos no município, promovendo uma gestão pública baseada em evidências e comprometida com a equidade e a efetividade das políticas públicas voltadas à Primeira Infância.

Como este é um plano de longo prazo, com ações previstas para execução em curto, médio e longo prazos, abrangendo o período de 2026 a 2036, o Plano Municipal pela Primeira Infância de Gramado dos Loureiros será revisado anualmente. Adicionalmente, poderão ser realizadas revisões em caráter extraordinário, sempre que forem identificadas necessidades emergentes a partir do processo de monitoramento.

Para subsidiar esse processo de acompanhamento e avaliação contínua, técnicos das Secretarias envolvidas na implementação do plano devem atuar como relatores setoriais, sendo responsáveis pela coleta, sistematização, análise e apresentação de dados e informações referentes às ações sob sua responsabilidade.



O monitoramento da implementação do PMPI deve constituir-se como um processo contínuo, conduzido pela Prefeitura Municipal e acompanhado periodicamente pela Comissão Municipal de Monitoramento, garantindo a articulação intersetorial e a transparência no acompanhamento das metas e estratégias previstas.



REFERÊNCIAS

Observatório do marco legal da primeira infância (rnpiobserva.org.br)

Primeira Infância Primeiro - Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal
https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/

PPNI-resumido.pdf (primeirainfancia.org.br)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. São Paulo, Atlas, 1988.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Leis/L8069.htm.

http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf

https://www.ibge.gov.br/

https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/brejo-do-cruz/panorama

https://www.gov.br/cidadania/pt-br

https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php

https://odsbrasil.gov.br

https://www.unicef.org/brazil/